

Moçambique: um futuro incerto

PAULO GORJÃO*

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

No espaço de poucos dias, a 12 e 25 de Setembro, a comitiva de segurança de Afonso Dhlakama esteve envolvida em duas situações de tiroteio das quais resultaram diversos mortos e feridos. A Renamo atribuiu a autoria dos ataques na província de Manica a elementos das forças policiais e das tropas governamentais.¹ Contudo, o Governo moçambicano negou que tal seja verdade.² Para piorar mais ainda a situação, a polícia moçambicana decidiu abrir um processo criminal contra o líder da Renamo e todos os elementos da sua comitiva envolvidos no último tiroteio.³

Não é claro se será possível apurar com isenção e neutralidade todas as responsabilidades, mas independentemente disso a consequência prática destes dois episódios foi a agudização da situação de crise interna em Moçambique. Importa recordar que, nesta altura, a paz e a estabilidade em Moçambique estão assentes em bases políticas muito frágeis e num passado recente que ainda está muito vivo na memória dos intervenientes políticos. Em Outubro de 2013, a Renamo anunciou o fim do Acordo Geral de Paz de Roma de Outubro de 1992, depois de forças militares governamentais terem atacado a base

da Renamo na Gorongosa. O conflito armado, i.e. a situação de guerra civil não declarada, durou até Agosto de 2014, altura em que a Renamo e a Frelimo chegaram a um acordo de cessação das hostilidades. Este entendimento veio abrir a porta à participação da Renamo nas eleições gerais — presidenciais, legislativas e provinciais — de Outubro de 2014, mas Dhlakama até hoje não reconheceu como legítimos os resultados eleitorais, que na altura considerou fraudulentos, exigindo a partir daí o direito de governar as seis províncias “autónomas” onde reclama vitória (Nampula e Niassa, no norte, Sofala, Manica, Zambézia e Tete, no centro de Moçambique).

Mas como ultrapassar o impasse político?

Esta é a pergunta que vale um milhão de euros e para a qual não há uma resposta. A solução não passa certamente pela via militar, como já se viu em 2013 e 2014. O passado recente mostra que a via armada não garante o desbloqueio do impasse político, antes prolonga um *statu quo* que qualquer uma das partes conseguirá manter no terreno por tempo indeterminado, apesar dos custos políticos, económicos e humanos.⁴ Não é seguro, aliás, que a eventual morte de Dhlakama — num *remake* do que aconteceu em 2002 com Jonas Savimbi em Angola — pudesse abrir a porta a uma solução política. A renovação da liderança da Renamo seria um dado inevitável, mas tal não garantiria obrigatoriamente uma mudança de orientação política. Uma dúvida que, no entanto, deve gerar algumas

1 “Afonso Dhlakama acusa Frelimo de o querer eliminar” (RFI, 13 de Setembro de 2015); e, “Moçambique : Dhlakama confirma ataque à Renamo” (RFI, 25 de Setembro de 2015).

2 “Frelimo nega ataque contra Dhlakama” (RFI, 14 de Setembro de 2015).

3 “Líder da Renamo acusado de homicídio” (RFI, 30 de Setembro de 2015).

* Versão revista e ampliada: “Moçambique: um futuro incerto” (i, 29 de Setembro de 2015), p. 31.

4 Ver Gustavo Plácido dos Santos, “Mozambique: How Big of a Threat is Renamo to the Frelimo-led Government?” (IPRIS Viewpoints, No. 171, 10 April 2015).



tentações proibidas junto de alguns sectores da Frelimo. O bom senso aponta, portanto, no sentido de se dar primazia à via negocial, o que por sua vez levanta outras questões, por exemplo quanto ao formato e ao conteúdo. Quanto ao primeiro, não parece provável que sem o recurso a um mediador externo — a CPLP certamente não tem condições (e possivelmente vontade) para desempenhar esse papel — seja possível sentar as duas partes à mesa. Quanto ao conteúdo, o Estado moçambicano dificilmente poderá aceitar as exigências políticas de Dhlakama e da Renamo. Em primeiro lugar porque isso implicaria, da parte da Frelimo, o reconhecimento implícito e explícito de uma situação de fraude eleitoral generalizada. Ora, no essencial, as eleições gerais foram consideradas livres, justas e transparentes pelas missões de observação da CPLP e da União Europeia. Em segundo lugar, o estatuto de províncias autónomas privaria certamente o Estado moçambicano do controlo de importantes fontes de receita, actuais e futuras, oriundas das matérias-primas, como é o caso do carvão de Tete e das pedras preciosas e outros minerais de Nampula. Por último, a aceitação de um estatuto de províncias autónomas a seu tempo conduziria quase que inevitavelmente à própria fragmentação do Estado moçambicano.

Infelizmente, nesta fase não estão reunidas as condições mínimas para que Afonso Dhlakama possa recuar nas suas exigências políticas. Assim sendo, perante o bloqueio existente, nos próximos tempos o aprofundar da crise interna parece ser o cenário mais provável. Um futuro incerto que poderá mesmo colocar em causa alguns dos investimentos planeados para os próximos anos, com isso fazendo perigar não apenas a paz e a estabilidade, mas também o desenvolvimento e a prosperidade de Moçambique.

Uma palavra final sobre a crise moçambicana vista a partir de Lisboa. As relações económicas entre os dois países têm vindo a ganhar crescente peso nos últimos anos. Portugal é o terceiro maior investidor em Moçambique e as exportações portuguesas atingiram o seu maior valor em 2013. A margem de progressão no aprofundamento das relações económicas, importa frisar, é ainda muito grande e há uma enorme expectativa de que assim seja. Por outro lado, o número de portugueses a viver e a trabalhar em Moçambique tem vindo a aumentar ano após ano, o que aliás se compreende à luz do processo de aprofundamento em curso das relações económicas. Os últimos dados oficiais disponíveis, relativos a 2013, apontam para mais de 24 mil portugueses a viver e a trabalhar em Moçambique, quando em 2008 eram pouco mais de seis mil.⁵ Inevitavelmente, o aprofundamento das relações económicas, a expansão da comunidade portuguesa e os fortes laços históricos entre os dois países contribuem para que Moçambique tenha um lugar preponderante na política externa portuguesa. Não é por acaso que os dois países mantêm cimeiras bilaterais regulares e que Portugal encara as relações económicas, políticas e diplomáticas com Moçambique como uma oportunidade com imenso potencial, porventura tanto como Angola.⁶ Assim sendo, como facilmente se percebe, ainda que não tenha existido qualquer declaração pública nesse sentido, o Governo português segue certamente com muita atenção e preocupação o recrudescimento da tensão política e militar entre a Renamo e a Frelimo.

5 “Moçambique” (Observatório da Emigração).

6 Pedro Seabra, “Portugal and Mozambique: Emulating the “Angolan Model”?” (*IPRIS Viewpoints*, No. 92, Abril de 2012).

EDITOR | Paulo Gorjão

EDITOR ASSISTENTE | Gustavo Plácido dos Santos

DESIGN | Atelier Teresa Cardoso Bastos

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)
Rua da Junqueira, 188 - 1349-001 Lisboa
PORTUGAL

<http://www.ipris.org>
email: ipris@ipris.org

IPRIS Comentário é uma publicação do IPRIS.

As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente as opiniões do IPRIS.

Parceiros



Mecenas

